

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

LUCIMAR DO ESPÍRITO SANTO

FAMÍLIA E FRACASSO ESCOLAR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

MARINGÁ
2014

LUCIMAR DO ESPÍRITO SANTO

FAMÍLIA E FRACASSO ESCOLAR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora:

Prof^a. Dr.^a Sheila Maria Rosin

MARINGÁ

2014

LUCIMAR DO ESPÍRITO SANTO

FAMÍLIA E FRACASSO ESCOLAR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob apreciação da seguinte banca examinadora.

Aprovado em __/__/__

Prof^a. Dr.^a Sheila Maria Rosin
(Orientadora)

Prof^a. Ms. Giselma Sercone
(Banca examinadora)

Prof^a. Ms. Janira Siqueira Camargo
(Banca examinadora)

Família e fracasso escolar: algumas aproximações

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a família tem papel fundamental na aprendizagem do aluno, este trabalho apresenta como objetivo geral compreender como a relação da criança com a família pode interferir negativamente no seu processo de aprendizagem levando-a ao fracasso escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que apoia-se em autores de referência para investigar o tema família: Baggio (2010), Casarin (2002) e fracasso escolar: Patto (1990), Cordié (1996) e Fiale (2013). Concluimos que, apesar do grande número de estudos realizados, ainda não há um consenso acerca do fracasso escolar, o que há são levantamentos de possíveis causas, entre as quais se encontra o ambiente social e o familiar.

Palavras-chave: Educação. Fracasso escolar. Família.

Family and school failure: some approaches

ABSTRACT: Assuming that the family plays a key role in student learning, this paper presents as general objective understanding how the child's relationship with the family can negatively affect their learning process leading to school failure. This is a bibliographic research, that leans on reference authors to investigate the theme family: Baggio (2010), Casarin (2002) and school failure: Patto (1990), Cordié (1996) and Fiale (2013). Therefore, despite the big number of studies realized, there is still no consensus about school failure, but there are surveys of possible causes, among which are social and family environment.

Key words: education, school failure, family

Introdução

Muitos estudos apontam para a importância da integração da família com a escola como responsável pelo sucesso escolar da criança, da mesma forma, estudos demonstram que quando não há esta integração as possibilidades de fracasso escolar são maiores, consta-se que quando as crianças podem contar com a participação ativa dos pais em suas atividades escolares, elas se desenvolvem melhor.

Desta forma, este trabalho apresenta como objetivo geral compreender como a relação da criança com a família pode interferir negativamente no seu processo de aprendizagem levando ao fracasso escolar. Partindo do pressuposto de que a família tem papel fundamental na aprendizagem do aluno, cabe aos educadores e pais fazerem o seguinte questionamento: de que forma a relação da família com a criança pode levá-la ao fracasso escolar?

Visando alcançar o objetivo proposto estruturamos o trabalho de forma que na primeira seção abordamos as possíveis causas e consequências do fracasso escolar, informando o contexto histórico do surgimento de tal problema; na segunda seção apresentamos o formato que a família foi adquirindo ao longo dos séculos; na terceira seção discutimos a relação da família com o fracasso escolar e, na conclusão, analisamos os dados da pesquisa e suas contribuições para quem possa utilizar este artigo como fonte de consulta.

Portanto, este trabalho aborda, à luz dos autores selecionados, sobre o fracasso escolar, fazendo relações com a família e mostra quais suas interferências no que tange ao desenvolvimento escolar do aluno.

Fracasso escolar: possíveis causas e consequências

Patto (1990), ao pesquisar fracasso escolar no Brasil, explica o mesmo a partir de um processo social que se realiza no cotidiano escolar, resultante de um sistema educacional que gera barreiras que impedem que seus próprios meios sejam alcançados. Assim, as relações de hierarquia de poder, os segmentos escolares e o trabalho pedagógico burocrático acabam tornando a prática escolar sem motivação e descompromissada.

Na visão de Ireland (2007, p. 23) “o fracasso escolar sempre existiu, uma vez que o ser humano não pode viver sem aprender e, quando aprende, à vezes fracassa”. No entanto, a autora enfatiza que a questão que hoje se coloca sobre o fracasso escolar, considerado um problema importante nas sociedades contemporâneas, não é mais uma questão pedagógica apenas, mas de um problema social e econômico.

Para Cordié (1996), o fracasso escolar é um assunto contemporâneo, pois só pôde surgir quando a escolaridade passou a ser obrigatória, ou seja, a partir do século XIX e desde então, tem sido uma preocupação que norteia muitas discussões pela sociedade. Neste sentido, observa-se que:

O problema contemporâneo do sucesso e do fracasso escolar coloca-se nessas tensões entre o que é social e o que é mais especificamente escolar, o que remete às relações sociais estruturais e o que se refere à vida psíquica do sujeito. O aluno é, ao mesmo tempo, indissociavelmente, humano, social e psíquico (CHARLOT, 2005, apud IRELAND, 2007, p. 37).

Assim, nesta perspectiva, o ser humano não pode ser reduzido ao estado de objeto, de algo que não pode se mudar por conta própria. Para Ireland (2007, p. 37), “[...] não é pertinente considerar o aluno fracassado como vítima passiva das classes dominantes”, pois o aluno vive uma experiência que ele mesmo interpreta e conforme seja sua interpretação, ele age e reage de maneira diferente.

De acordo com Baggio (2010, p. 7), “a partir dos séculos XIX e XX a educação escolar, até então restrita às camadas dirigentes da sociedade, passou a ser reivindicada pela população”, então, o ensino passa a ser universal tanto

nos países em desenvolvimento quanto nos subdesenvolvidos “nas últimas décadas do século XX e início do século XXI”.

Para explicar sua visão, Ireland (2007) distingue três momentos históricos: o primeiro momento (até o início do século XX) se dá quando a maioria da população não sabia ler e escrever e, por isso, nem fazia sentido falar sobre o fracasso escolar; o segundo momento é quando a maioria da população consegue completar quatro, cinco, ou até oito ou nove anos de escolaridade (por volta da década de 1970); e o terceiro momento é o que os Estados Unidos, Japão, a Europa já vivem e que o Brasil está tentando vivenciar, em que as pessoas consegue concluir o ensino médio.

Nessa configuração socioescolar, a norma é que todos os jovens de uma geração completem o ensino médio, geral, técnico ou profissionalizante. Na verdade, esse é o objetivo e, de fato, há jovens que não conseguem concluir o ensino médio, nem sequer o ensino fundamental. São considerados em situação de fracasso escolar (IRELAND, 2007, p. 25).

Em países capitalistas, como o Brasil, há uma pressão social, que empurra o indivíduo a buscar sucesso e riqueza, é um dos agentes que desencadeiam o fracasso escolar. Pois, ele frequenta uma escola, de forma obrigatória, que ampliou seu número de vagas, porém, não desenvolveu uma ação que tornasse o sistema escolar eficiente a ponto de garantir o cumprimento do que se propõe: tornar o indivíduo cidadão, conforme Bossa, (2002, p.18).

No Brasil, a escola torna-se cada vez mais o palco de fracassos e de formação precária, impedindo os jovens de se apossarem da herança cultural, dos conhecimentos acumulados pela humanidade e, conseqüentemente, de compreenderem melhor o mundo que os rodeia.

A escola deveria ser capaz de formar jovens críticos e autônomos quanto às suas análises do mundo que o rodeia, dando suporte para que agissem no sentido de transformar suas realidades e o que se observa, de acordo com a autora, é que os educadores, sentindo-se oprimidos pelo sistema político e social, reproduzem essa opressão em relação aos alunos.

Patto (1990) explica que os anos vinte do século XX foram o marco histórico na história da educação brasileira, foram realizadas mudanças

qualitativas no ensino e a partir daí muitos outros estudos cercaram a educação escolar no país, desde novas pedagogias até novas maneiras de se pesquisar a relação de ensino e aprendizagem dos alunos.

[...] outro aspecto que é preciso salientar é que não se pode esquecer que a pedagogia nova e a psicologia científica nasceram imbuídas do espírito liberal e propuseram-se, desde o início, a identificar e promover os mais capazes, independentemente de origem *étnica e social* (PATTO, 1990, p. 63).

No entanto, a viabilidade de que se ocorra esta identificação e promoção em uma sociedade capitalista é um assunto polêmico, pois mesmo que a sociedade comprove que isso seja impossível, há uma dualidade da escola e da seletividade social que a própria instituição escolar opera, isso é fato até em países cuja democracia seja liberal. Assim, mesmo que se diga que na escola todos têm o mesmo direito e as mesmas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento, a escola ainda promove apenas os mais capazes (PATTO, 1990).

No Brasil, desde a década de 1930, as escalas de maturidade eram utilizadas para a verificação de desenvolvimento da criança em idade escolar, mas não foram mais consideradas suficientes para tal a partir do trabalho pioneiro de Lourenço Filho que dizia: “a inteligência não pode ser considerada como um atributo isolado e sim como parte integrante da personalidade total” (PATTO, 1990, p. 93). A partir de então, começou no país, uma preocupação com as causas emocionais e como essas poderiam influenciar na aprendizagem do aluno, inclusive a chamar a atenção “para a presença indevida de crianças portadoras de dificuldades de ordem emocional” em classes especiais que deveriam ser utilizadas somente para crianças deficientes mentais.

Cordié (1996, p. 21) diz que o fracasso escolar pressupõe ao aluno uma renúncia referente ao conceito de se “ser alguém”, pois a imagem de ter sucesso na escola está sempre relacionada à opinião de que a aquisição de bens e riquezas impõe respeito por parte da sociedade. Quando o aluno não obtém esse sucesso, ele está renunciando o usufruto de todas as coisas boas que a escola iria lhe fornecer por meio dos estudos. Esta pressão acaba gerando um conflito

inconsciente entre o próprio aluno e seu desejo de estudar o que pode culminar na rejeição escolar.

De acordo com Patto (1990, p. 90,91), até o início de 1960, no Brasil, “cada vez mais as causas do fracasso escola serão buscadas no aluno”, esta ideia partia da teoria da carência cultural e, segundo esta visão: “nenhum professor consegue lecionar o vácuo, isto é, realizar a sua tarefa sem correspondência de gestos, atitude, esforço e direção da parte de seus alunos” PATTO (1990, p.91).

A responsabilidade do fracasso escolar não deve recair somente sobre o aluno, é necessário considerar toda a questão pedagógica. Pois quando nós aceitamos como seres humanos que somos, sujeitos a falhas e sucessos, concordamos que, como tais, nos construímos diferentes. Então, “faz-se necessário práticas pedagógicas que valorizem e aproveitem toda a bagagem de conhecimentos construída pelo aluno durante sua trajetória extra-escolar”, (FIALE, 2013, p. 1). Assim, fracasso escolar não recai sobre uma realidade social, mas nos mostra as diferentes realidades sociais que devem ser trabalhadas e valorizadas na escola.

A partir da década de 1970 as pesquisas acerca do fracasso escolar passaram a ter um caráter investigativo crescente “da participação do próprio sistema escolar na produção do fracasso”, ou seja, os fatores intra-escolares e suas relações com a “seletividade social operada na escola” (PATTO, 1990, p. 118).

Foi a partir daí que a explicação da “desigualdade educacional entre as classes sociais que vinha sendo formulada nos Estados Unidos desde os anos sessenta foi objeto de um número especial da *Revista* (1972)” (PATTO, 1990, p. 94). Este impresso exercia grande influência nos educadores por tratar de assuntos importantes sobre a educação escolar.

A “teoria da carência cultural” era a base para explicar a desigualdade por meio das diferenças de ambiente cultural no qual viviam as crianças das chamadas “classe baixa e média” se desenvolviam. Esta pesquisa publicada pela *revista* seguiu o modelo experimental e levantou dados sobre características físicas, sensoriais, perceptivo-motoras, cognitivas, intelectuais e emocionais de crianças que pertenciam a diferentes classes sociais, o resultado foi que: “[...] esta

“teoria” afirmou, em sua primeira formulação, que a pobreza ambiental nas classes baixas produz deficiências no desenvolvimento psicológico infantil que seriam a causa de suas dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar” (PATTO, 1990, p. 94).

No Brasil, na década de 1960, a aceitação desta explicação acerca do fracasso escolar deu-se por vários motivos e o principal é de que continha uma visão de sociedade não-negadora do capitalismo à qual atendia ao que a produção científica requisitava na época. Isso tocava justamente na crença arraigada na cultura brasileira que afirmava a incapacidade dos pobres, negros e mestiços, pois a sociedade brasileira encontrava-se numa indignidade intelectual e cultural da qual só poderia sair por força do “milagre brasileiro” que se deu na década de 1970. Assim, esta explicação:

[...] ao ressaltar a pobreza e suas mazelas atraiu a atenção exatamente dos educadores mais sensíveis aos problemas das desigualdades sociais, mas poucos instrumentado teoricamente, em decorrência das lacunas de sua formação intelectual para fazer crítica deste discurso ideológico (PATTO, 1990, p. 94).

A ideologia se baseava na difusão da ideia de que “a grande riqueza de uma nação está em seu potencial humano, na inteligência de sua gente”, segundo Patto (1990,p. 94), uma teoria totalmente capitalista, no entanto, articulada para atender aos seus propósitos de forma mascarada e por isso foi bem aceita no Brasil sem maiores questionamentos na época.

É possível informar inúmeros trabalhos que abordam a questão do fracasso escolar, no entanto, a maioria deles parte do ponto de vista das condições sociais e não consideram a dimensão individual, repetindo, assim, o próprio desejo de sua crítica. Tais estudos, mesmo denunciando a negligência das políticas educacionais para com o individual, acabam por negar esse individual “à medida que não reconhecem a singularidade nas condições de possibilidade de um sintoma culturalmente determinado” (BOSSA, 2002).

As causas do fracasso escolar são variadas, conforme já discutidas, podem ser de ordem afetiva familiar, por falha no processo pedagógico do professor, falta de políticas educacionais voltadas para esses alunos por parte das escolas e falhas no próprio sistema de ensino que não prevê recursos

financeiros e técnicos para auxiliar estas crianças que tendem a ir por este caminho.

Há pensamentos diversificados acerca do fracasso escolar, desde os “espontâneos” que estão enraizados no senso comum ou nas ideologias de ordens sociais e profissionais, até os teóricos que são embasados em estudos de pesquisadores sobre o tema. No entanto, podem ser apontadas três configurações conceituais mais relevantes: 1) acerca da noção de dom, embora já ultrapassada no ponto de vista teórico, pode ser observado entre o senso comum e muitos docentes na atualidade; 2) em torno da noção de reprodução social, muito utilizado para argumentar o problema nas décadas de 1970 e 1980 e que ainda é um dos discursos mais dominantes entre os docentes; 3) noções como mobilização, atividade, relação com o saber, cuja proposta é ir além da reprodução, no entanto, sem negar a desigualdade social perante a escola (IRELAND, 2007, p. 27).

Ainda, acerca da noção do fracasso escolar no Brasil, entende-se que mesmo sendo bastante propagada:

[...] não há ainda, no plano da ação, uma agenda na qual se possa indicar o que vem conseguindo reunir os diferentes segmentos sociais ao redor da priorização da educação nacional e da busca do sucesso escolar. Do mesmo modo, no plano da construção de conhecimento sobre a temática, o impacto dos estudos parece se restringir ao uso que deles se faz no mundo acadêmico (IRELAND, 2007, p. 57).

As consequências desse fracasso podem ser vistas pelas ruas das grandes cidades, cada dia o número de crianças que moram em becos, em sarjetas e debaixo de viadutos cresce. Outras consequências estão relacionadas ao alto índice de marginalização de jovens e menores, à violência nas ruas e escolas e à falta de capacitação para ocupar cargos em empregos que são melhor remunerados. Dentro das escolas os alunos não têm interesse pelo que aprendem e outras não têm outro objetivo senão a merenda.

A sociedade não pode continuar julgando que não tem nada a ver com isso. As pessoas falam do aquecimento global, da degradação do meio ambiente e da necessidade de todos nós nos preocuparmos para encontrar saídas. Concordo. [...] Da mesma maneira, pergunto se não está na hora de despertarmos para o

problema da criação das crianças. Temos de despertar para essa situação, pois parece que as pessoas não se dão conta da importância do afeto, do amor na vida dos filhos (MARTINS FILHO, 2012, p. 101).

Assim, a criação dos filhos pela família tem sido objeto de estudos para tentar encontrar soluções para o fracasso escolar. Martins Filho (2012) discute a necessidade de haver uma boa relação da criança com a família e que esta deve estar presente em sua educação escolar a fim de que possa obter sucesso escolar.

Desta forma, todas as causas do fracasso escolar estão interligadas e todas as consequências se articulam como se fosse uma teia em que qualquer movimento afeta todos os fios.

Família: novas configurações

Nem sempre a família teve o formato social que se tem na sociedade contemporânea, no qual a mãe e o pai trabalham fora ou onde há apenas um deles convivendo na mesma casa com os filhos. Historicamente a mulher sempre teve o papel de cuidadora do lar e dos filhos e o pai de provedor, sem que houvesse, contudo, uma relação de afeto ou de interação sentimental entre os entes da família. De acordo com Áries (1981, p. 133), ao se referir às imagens estampadas em tapeçarias do século XVI:

A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV. Mas o artista sente a necessidade de exprimir discretamente a colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho quotidiano, com uma preocupação de intimidade outrora desconhecida.

Tanto a literatura moral quanto a pedagógica do século XVII faz menções aos trechos do Evangelho no qual Jesus faz alusão às crianças e, a partir de então, a sociedade ocidental começa a dar atenção especial à criança e, desta forma, a família também muda sua forma de lidar com os filhos menores (ARIÈS, 1981, p. 94).

Pode-se perceber que a família começa a ser vista de uma perspectiva diferente, assim como o conceito de infância estava sendo definido, pois a criança começa a ser vista como um ser diferente do adulto, tanto biologicamente, quanto socialmente.

No entanto, ainda não havia uma instituição de educação tal qual existe hoje e a “criança aprendia pela prática [...] toda a educação se fazia através da aprendizagem [...] essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais” (ARIÈS, 1981, pp. 156,157).

Até no século XIX, a criança tinha como função arrumar a mesa do jantar e aprender a se “comportar” (no momento das refeições) e de modo geral.

[...] a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação das crianças na vida dos adultos. [...] mas não se tinha a ideia dessa segregação das crianças, a que estamos tão habituados (ARIÈS, 1981, p. 158).

A partir do século XV, ficou claro que houve uma transformação na forma de educar a criança, pois na Idade Média a educação das crianças era adquirida por meio da aprendizagem com os adultos e quando a criança completava sete anos passava a viver com outra família a fim de “aprender” ou ser educada. Daí em diante, a educação deixa de ser privilégio dos clérigos e passa a ser fornecida pela escola como instrumento normal de iniciação social, ou seja, da passagem da criança para o mundo do adulto. De modo geral:

[...] as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer. E, no entanto, o fato essencial é bastante evidente: a extensão da frequência escolar (ARIÈS, 1981, p. 159).

Pode-se dizer, assim, que a escola aproximou a família da criança no sentido de não mais ter que entregá-los, mesmo que com prazo determinado, aos cuidados de outras pessoas ou famílias. Sendo que o “clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso” (ARIÈS, 1981, p. 159).

A partir do século XVII, quando a questão dizia respeito a como lidar com a criança “o tom é novo [...]” e “o domínio das crianças estava bem separado do dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 92). A “pintura, a gravura e a escultura religiosas

passaram a dar grande importância à representação do Menino Jesus isolado”, o que não era feito anteriormente quando a ênfase era estar junto da Virgem ou junto com a Sacra Família (ARIÈS, 1981, p. 93).

Apesar destas transformações sociais e sentimentais no seio da família, Martins Filho (2013, p. 21), comenta que “a criança não é, nem nunca foi, o elemento considerado mais importante pela sociedade”, pois o abandono de bebês, para o autor, sempre ocorreu em toda a história humana. Em todas as civilizações há registros de tratamento cruel contra crianças, como na Grécia e Roma onde era permitido o infanticídio ou o abandono das crianças defeituosas em florestas (MARTINS FILHO, 2013).

No Brasil, esta indiferença era agravada pelo regime escravocrata:

Em gravuras da época do Brasil Colônia, por exemplo, são retratadas crianças escravas sendo alimentadas no chão, ao redor da mesa dos senhores, como se fossem animais de estimação. Há até mesmo um desenho, já muito divulgado, no qual se vê um bebê (de no máximo, sete ou meses) com uma corrente ao pescoço (MARTINS FILHO, 2013, p. 25).

Da mesma forma, a família, desde a antiguidade, sempre teve atrelada à criança, pois a mulher casava para procriar. No entanto, a criança nem sempre foi vista como um ser diferente do adulto, frágeis e com necessidades delicadas. Bossa (2002, p. 51) diz que “não há uma condição universal da infância ao longo da história, mas a existência de várias infâncias, que ocupam diferentes posições em relação a um ideal normalizante do que seja uma criança”.

Contudo, não se pode afirmar que a família já teve seu formato ideal ou não, pois cada sociedade apresenta um formato de família que melhor atenda às suas necessidades, mesmo que isso signifique, contraditoriamente à sua função de ser responsável pela prole, o abandono dos próprios filhos. O que interfere na definição dessas funções são fatores relacionados, na maioria das vezes, a ideologias sociais, políticas, educacionais e até mesmo religiosas, conforme o destaque:

Com o desenvolvimento dos movimentos feministas e com a mulher adequadamente lutando para conquistar um lugar melhor na sociedade, algo aconteceu. É como se houvesse uma estigmatização da família tradicional, que a esquerda chamava de

burguesa (mãe em casa, cuidando dos filhos, e pai provedor) (MARTINS FILHO, 2013, p. 93).

Quando o assunto é família nos dias atuais, é complexo fazer uma única definição, haja vista não haver mais um modelo de família “ideal” para a sociedade, há famílias grandes com pais, filhos, avós e até tios que moram na mesma casa. Há famílias formadas por pais e filhos, por mãe e filhos, por tias e sobrinhos ou por outros novos modelos de família que até a modernidade não existiam.

Com as novas transformações que vem ocorrendo na sociedade, o perfil da família vem se alterando, No passado a família era composta por um pai provedor, uma mãe cujas responsabilidades eram os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos o que não é mais uma realidade atual. A mulher conquistou seu espaço no mercado de trabalho e a sociedade consumista na qual vivemos hoje não permite que ela fique em casa apenas cuidando da casa e dos filhos. Suas atividades se tornaram múltiplas e o serviço secular acaba se tornando sua prioridade e o tempo que dispõe para os filhos é mínimo, passando a responsabilidade da educação destes para terceiros (escolas, babás, avós ou vizinhos (MARTINS FILHO, 2012).

A família é responsável por criar laços afetivos, transmitir valores, crenças, desenvolver a personalidade, o caráter e o amadurecimento psíquico dos filhos a fim de que obtenham sucesso na vida escolar. Assim:

A família é indispensável à garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos, independentemente da estrutura familiar, ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia a construção dos laços afetivos e a satisfação das necessidades no desenvolvimento da pessoa. Ela desempenha um papel decisivo na socialização e na educação. É na família que são absorvidos os primeiros saberes, e onde se aprofundam os vínculos humanos (CASARIN, 2007, p. 184).

Desta forma, fica evidente que a participação da família na vida da criança além de ajudá-la a construir seus laços afetivos e satisfazer suas necessidades é muito importante para estabelecer suas relações social e educacional.

Fiale (2013, p. 4), afirma que a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura e que esta transmissão se sobressai de todos os grupos

humanos. Assim, é nessa cultura aprendida que o indivíduo é primeiramente educado, sendo a família a responsável “pelo modelo que a criança terá em termos de conduta do desempenho de seus papéis sociais e das normas e valores que controlam tais papéis”.

Para que a criança consiga adquirir a aprendizagem significativa precisa de tranquilidade e carinho, pois quando se convive num ambiente conflituoso, sem as interações ou com a falta das funções paterna e materna sua relação amorosa é fragilizada. No entanto, os pais são responsáveis pela sobrevivência dos filhos, são responsáveis pela promoção de suas necessidades básicas, além de propiciar momentos de prazer e oferecer uma educação de qualidade para que aprenda a conviver em sociedade. Assim:

A família deveria ser a célula da sociedade, mas está se esfacelando aos poucos, dando lugar ao liberalismo descontrolado, à procura de segurança no trabalho, no dinheiro, resumindo, em coisas materiais. Estamos perdidos, inseridos em um meio que não percebe a família como a base ou a sustentação para a resolução dessas dificuldades de ordem individual e coletiva. (CASARIN, 2007, p 187).

Muitos pais ao chegarem a seus lares exaustos do trabalho não possuem o interesse em saber como foi a rotina da criança, não conseguem perceber a importância que tem para o desenvolvimento do aprendizado do seu filho, deixando tudo nas mãos da escola e professores (MARTINS FILHO, 2012). Desta forma, pode-se compreender que:

O fracasso escolar e suas manifestações podem estar associados aos problemas que, involuntariamente, impedem o aluno no processo de aquisição de conhecimento, levando-o a apresentar dificuldades ou transtornos emocionais, problemas mais complexos que advêm de influências familiares. (CASARIN, 2007, p 188).

A escola tem como pressuposto estimular e desenvolver o conhecimento científico. Faz-se necessário que a família e a escola trabalhem em conjunto para efetivarem este aprendizado e consigam apagar o fracasso escolar da vida dos alunos.

Para Weiss (2000), o fracasso escolar pode ser analisado por diferentes perspectivas: a da sociedade, a da escola e do aluno. Por isso, professores e família devem caminhar juntos para solucionar o problema do fracasso escolar, pois, a temática envolve vários fatores como analisar a cultura em que o aluno está inserido, a falta de preparo dos professores juntamente com seus métodos de ensino.

Portanto, foram tantas as transformações que a família passou ao longo dos séculos, tanto no mundo quanto no Brasil, que exigir uma boa da relação da família no processo de desenvolvimento e da aprendizagem do aluno acaba sendo uma tarefa árdua por parte dos professores. Por isso, o professor deve estar sempre atualizado e buscar conhecer quais são os estudos acerca do fracasso escolar, a fim de compreender como se dá este processo dentro de sua escola e buscar estratégias para propor soluções para este problema.

A relação da família com o fracasso escolar

A modernidade postulou uma criança ideal, supostamente universal, isso acabou por negar as diferenças e a subjetividade de toda criança “que não conseguisse responder a este ideal”, o que, de acordo com Bossa (2002, p.54)

[...] promoveu a segregação, mascarou a divisão existente no seio da própria infância. De um lado, crianças supostamente ideais, postas na condição de puro objeto de desejo parental e social; de outro, “crianças-problema” que insistem em existir e apontar a ilusão do mundo ideal criado onipotentemente pelo homem moderno.

Assim, pode-se entender que quando se postula um ideal, impede-se que o singular apareça daquilo que, como diferença, distancia-se do ideal. Então, o sujeito que fica aquém dos ideais propostos pela sociedade, acaba se tornando sujeito por “meio de seu sintoma” e por não haver sintoma em si, somente há sintomas particulares. Por isso, há o sujeito que, encoberto, só consegue ser entendido a partir do seu sintoma e quando se questiona a existência deste sujeito ouvido a partir de seus sintomas, pode-se relacionar a isso a interferência da família atuante ou não na vida desta criança (BOSSA, 2002).

Ressaltando a importância e a influência que a família tem na vida das pessoas, Bossa (2002, p. 141) argumenta que “todo ser humano depende, em algum grau, de seu semelhante, para a plena realização de suas tendências instintivas, inclusive na idade adulta”, e pode-se dizer que esta dependência é bem maior quando o indivíduo ainda é criança.

Em se tratando da afetividade e da autoridade da família com a criança, Baggio (2010, p. 3) afirma que:

Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família, gradativamente, proporcionarão à criança e ao adolescente a capacidade de se sentir amado, preocupar-se, cuidar e amar o outro e de responsabilizar-se por suas próprias ações e sentimentos.

Além da família, as ações pedagógicas, principalmente a relação professor/aluno, são muito importantes para o processo de aprendizagem da criança. Para Bossa (2012, p. 67), um dos pontos de fragilidade dos estudos de problemas de aprendizagem, em nosso país, refere-se à natureza das análises, visto que nelas prevalecem “o enfoque social e a negação do sujeito como sujeito do desejo”. Ou seja, a criança que não se sai bem na escola não conta com o apoio da família e menos ainda do professor que muitas vezes já está cansado o bastante para se importar com esse aluno cuja família não se envolve nos assuntos escolares do filho.

Crianças que são incentivadas pelos pais ou responsáveis que acompanham seu desenvolvimento educacional, auxiliando-as no dever de casa, comparecendo às reuniões, mantendo contato com os professores e demonstrando interesse pelo processo de ensino e o de aprendizagem, apresentam melhor desempenho escolar do que aquelas cujos pais são ausentes ou quando têm um vínculo familiar ruim, podendo, inclusive, apresentar autoestima prejudicada e distúrbios na aprendizagem.

Desta forma, afirma Fiale (2013, p. 4)

A família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, se sobressaindo de todos os grupos humanos. É

nela que o indivíduo recebe a primeira educação e aprende a reprimir seus instintos mais primitivos. Na educação primária, a família é responsável pelo modelo que a criança terá em termos de conduta no desempenho de seus papéis sociais e das normas e valores que controlam tais papéis

Martins Filho (2013, p. 42) aponta o fracasso escolar, relacionando-o à ação da família na terceirização da criança devido à necessidade dos pais de trabalharem fora com o objetivo de obter riquezas e sucesso social, deixando seus filhos sob a responsabilidade de terceiros, a fim de serem educados e cuidados, como avós, tias ou vizinhas. Apresenta um estudo sobre as crianças que vivem na rua, sem escolarização e longe de suas famílias.

A maioria dessas crianças já teve experiência escolar, mas esse vínculo se rompeu em virtude de sucessivos fracassos. Os motivos apontados pelos diversos autores que estudam o problema, frequentemente, indicam ausência de apego familiar, inexistência de vínculo pessoal com a mãe e com a família, dos primeiros cuidados maternos, usualmente alocados a vizinhos ou parentes que nem sempre têm a competência e a qualidade afetiva necessária para formar tal vínculo. Outras causas apontadas incluem negligência, violência doméstica e abusos físicos, emocionais e mesmo sexuais (MARTINS FILHO, 2013, p. 42).

O autor ressalta que muitas crianças não têm nenhum momento do dia ou mesmo da semana para conversar com os pais, o diálogo entre pais e filhos é quase inexistente em muitos lares e a chance de se fazer uma discussão sobre como foi o dia dos filhos na escola é praticamente nula.

Uma pesquisa realizada em São Paulo, em 1954, pelo Departamento Nacional da Criança constatou que:

De cem crianças que apresentam desajustamento escolar, de inteligência pelo menos normal, vivendo em ambiente familiar e estudando em regime de externato, observa-se que a quase totalidade apresenta simultaneamente com o desajustamento escolar, outros problemas, destacando-se os de personalidade, que se revelam por dificuldades de relação com o meio (PATTO, 1990, p. 92).

Esta pesquisa mostrou que os casos de dificuldades de escolarização tinham suas origens na história não escolar do aluno, deixando evidente que a vida familiar seria a principal causadora de tais dificuldades. Neste sentido, a escola ficava limitada ao participar de ações para que esse aluno pudesse

melhorar seu desempenho escolar devido a três circunstâncias: a criança poderia não estar frequentando uma escola adequada às suas necessidades ocasionadas pelos problemas emocionais; o professor poderia ser convocado a trabalhar de maneira interativa com um terapeuta e com a família em busca de estratégias para o tratamento; e o próprio professor poderia ter problemas de personalidade que interferissem no desenvolvimento do aluno (PATTO, 1990, p. 93).

Fiale (2013, p. 4) afirma que a influência familiar é decisiva na aprendizagem dos alunos e que “os filhos de pais extremamente ausentes vivenciam sentimentos de desvalorização e carência afetiva, gerando desconfiança, insegurança, improdutividade e desinteresse” o que faz surgir sérios obstáculos à aprendizagem escolar, sendo que:

O contato com a família pode trazer informações sobre fatores que interferem na aprendizagem e apontar os caminhos mais adequados para ajudar a criança. Também torna possível orientar aos pais para que compreendam a enorme influência das relações familiares no desenvolvimento dos filhos.

Conforme, Fiale (2013) explica que políticas públicas vêm sendo implantadas objetivando a melhor integração entre família e escola. Conforme o Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10.172/2001), uma de suas diretrizes determina “a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação” para que se ampliassem as oportunidades educativas e melhore os recursos pedagógicos.

Outra política pública educacional que visa contribuir para a interação da família com a escola foi instituída pelo Ministério da Educação (MEC) na qual estipula data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola, data na qual “todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas” (FIALE, 2013, p. 7).

A ideia que embasou tais políticas, conforme palavras do então Ministro de Educação Paulo Renato Souza, era a de que “quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais”. Tal ideia reconhecia a família como espaço de “afetividade e segurança”, contra medos, inseguranças, rejeições,

violência, preconceitos e incertezas, independente do modelo no qual se apresenta (FIALE, 2013, p. 7).

Relatórios do SAEB/2003 informaram que os pais desejavam que a escola fosse mais atraente para os alunos, a fim de fazer com que eles sentissem vontade de frequentá-la com atividades mais diversificadas, assim:

A construção de espaços físicos, como quadras esportivas, aquisição de computadores e a reforma da estrutura existente também foram objeto de reivindicações. Foram igualmente citadas a necessidade de maiores cuidados com a segurança, de maior rigor no controle da disciplina e da melhoria da qualificação dos professores (IRELAND, 2007, p. 194).

Sem conciliar infraestrutura, corpo docente e pedagógico e família não há como obter excelente desempenho escolar por parte dos alunos, ressaltando, ainda, que de acordo com Ireland (2007), a família é um recurso que a escola não tem.

Desta forma, de acordo com Ireland (2007, p. 297), em relação ao fracasso escolar, “a teia de relações sociais, o incentivo, o apoio em casa e na escola e a elevação da auto-estima são vistos como chaves para mudar a situação”. Por isso, não basta que a escola elabore estratégias para que o aluno se desenvolva e obtenha um bom desempenho escolar, nem que políticas públicas sejam estabelecidas, pois sem a participação da família e sem seu devido incentivo e a afetividade dada ao aluno não há como o fracasso escolar deixar de ser um problema. Pois a família tem seu papel na educação dos filhos e esta educação deve ser continuada pela escola com seu apoio e participação.

Conclusão

Esta pesquisa mostra que a relação da família com fracasso escolar pode ser muito estreita, pois, conforme os estudos apresentados, crianças que têm família que participa de seu desenvolvimento escolar têm mais chances de não serem vítimas do fracasso escolar.

De acordo com Bossa (2002, p. 48), a criança deixa de ser “um ser engraçadinho” que era paparicado pelos adultos na Idade Moderna, e se transforma em “criança escolar”. Assim, a escola passou a ser o local no qual “a criança poderia ser controlada, vigiada, submetida às regras de tempo, espaço, a exames, punições e sanções”, ou seja, a escola passa a ser a responsável pela correção de seus “desvios” conforme as normas homogeneizadoras.

Concordamos com Bossa (2002, p. 54) quando esta diz que a educação escolar é muito importante para que a criança se insira no mundo da cultura e para que esse saber cultural tenha continuidade. No entanto, sem esperar que esta educação seja perfeita, pois em qualquer ambiente, inclusive na escola, haverá algum fracasso ou uma impossibilidade de realização, pois não há como ter um controle total sobre o processo de aprendizagem da criança.

Contudo, considerando a explicação de Patto (1990) acerca do fracasso escolar, não se pode simplesmente ignorar o meio social em que a criança vive e estudar o fracasso escolar somente na perspectiva escolar, pois o aluno é um sujeito singular que convive em ambientes sociais diferentes.

Desta forma, embora haja estudos sobre a produção do fracasso escolar, ainda não há um consenso acerca de suas causas, o que há são direcionamentos de possíveis causas, entre as quais se encontra o ambiente social e o familiar.

Referências

ARIÉS, Philippe. **Historia social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Zahar.1986.

BAGGIO, Rejane Cristina. Família, Socialização e Educação dos Filhos. In: BAGGIO, Rejane Cristina. **Desempenho escolar e variáveis do contexto familiar**. Campinas, SP. 2010, p. 19-30.

BOSSA, Nádía A. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**. São Paulo: Artmed, 2002.

CASARIN, E.F.; RAMOS, M. B. **Família e aprendizagem escolar**. Revista de Psicopedagogia. São Paulo, v. 24, n. 74, 2007.

CORDIÉ, A. **Os atrasos não existem**: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FIALE, Luciana A. **Fracasso Escolar**: família, escola e a contribuição da Psicopedagogia. UNIFAI, 2013

IRELAND, Vera. **Repensando a escola**: um estudo sobre os desafios de aprender, ler e escrever. Brasília: UNESCO, MEC/INEP, 2007.

LEÃO, Thiago D. F. **O milagre econômico brasileiro**: estratégias governamentais para o controle inflacionário brasileiro, de 1968 a 1973. Disponível em: www.ufes.br. Acesso em 21/set/2014.

MARTINS FILHO, José. **A criança terceirizada**: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. 6 ed. Campinas: Papirus, 2012.

PATTO, Maria H. S., **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

WEISS, M.L.L. **Psicopedagogia clínica**: Uma visão diagnóstica. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.